

---

**CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM**

**ATA N.º 7/2021**

Aos vinte e cinco dias de outubro de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas, no Auditório 1 da Escola Superior de Educação (ESE), do Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) e em sistema de videoconferência, o Presidente do Conselho Geral, Hermínio Paiva Fernandes Martinho, verificada a existência de quórum, deu início à reunião do Conselho Geral, tendo como Ponto Único da Ordem de Trabalhos (OT):

- Aprovação da proposta de Calendário para os Trabalhos da Revisão dos Estatutos e Plano Estratégico do IPSantarém.

Estiveram presentes (cf. Lista de Presenças, que constitui o doc. 1 da presente Ata):

- a) A distância, os Conselheiros: Maria do Céu Roldão, António Vicente, Nuno Jorge, Pedro Ribeiro, Paulo Rosa, Nuno Russo, Vânia Neto e Miguel Castanho.
- b) Presencial os Conselheiros: Hermínio Martinho, João Moutão, João Nascimento, Leonor Teixeira, Marília Henriques, Pedro Sequeira, Céu Martins, Regina Ferreira, António Morão Lourenço e Teresa Coelho.
- c) Convidados: Elementos da Comissão designada para a Revisão dos Estatutos do IPSantarém (com exceção do representante dos Estudantes).
- d) Faltaram à reunião os Conselheiros: Cristina Novo (ausência justificada), Ricardo Roque e Beatriz Claudino.

Verificada a existência de quórum deliberativo, o Presidente do Conselho Geral esclareceu os presentes que a apreciação e votação da Ata da reunião anterior (realizada a 30 de setembro de 2021) não integra a OT da presente reunião, por falta de tempo para a ultimar, apesar de a mesma ter sido aprovada em minuta. Em todo o caso, informou que a referida ata será submetida à apreciação dos Senhores Conselheiros na próxima reunião.

Feito este esclarecimento prévio, passou-se, de imediato, ao **Ponto Único da OT “Aprovação da proposta de Calendário para os Trabalhos da Revisão dos Estatutos e Plano Estratégico do IPSantarém”**.

---

O Senhor Presidente do Conselho Geral começou por referir que, apesar de a presente reunião não estar prevista na proposta de calendarização das reuniões do Conselho Geral aprovada na reunião anterior, foi decidida a sua realização no final da mesma reunião, desde logo, pela importância que todos atribuímos à necessidade desta revisão estatutária e do plano estratégico, razão que esteve na origem da marcação desta reunião (falar deste assunto e decidir sobre o Calendário).

Assim sendo, perguntou ao Senhor Presidente do IPSantarém se pretendia dizer alguma coisa ao Conselho, tendo este aproveitado a oportunidade para referir que, face ao desafio que foi lançado, de alinhamento do Plano Estratégico com o processo de Revisão dos Estatutos, de imediato se articulou com a Comissão, para preparação da proposta que está à consideração e que se revê no proposto em termos de processo.

De seguida passou a palavra à Senhora Conselheira Marília Henriques, para que apresentasse a proposta de Calendarização das atividades a desenvolver pela Comissão para a Revisão dos Estatutos do IPSantarém. Tomando a palavra, começou por referir que o documento em análise é mesmo uma proposta, um documento de trabalho que traduz a preocupação de os passos a dar serem devidamente ponderados, razão que levou à organização do trabalho em etapas (quatro etapas).

Deu, ainda, conta que, no início, a proposta considerava uma 1ª etapa mais condensada, porque se pensou que em julho se poderia ter o processo concluído, mas depois considerou-se que esta etapa de diagnóstico e depois de avaliação dos constrangimentos dos atuais estatutos, face ao funcionamento da instituição é uma etapa muito importante para se tomarem decisões relativamente ao modelo de organização que se pretende e daí, então, ficarmos com esta 1.ª etapa até janeiro/fevereiro.

Deste modo considera que um ano é o tempo adequado para apresentar a proposta à Instituição e permitir o contacto com os diferentes intervenientes, um debate alargado de todos os aspetos mencionados, mas realça, mais uma vez, que é um documento de trabalho, instando os presentes a apresentarem o respetivo contributo para a melhoria do documento, acrescentando algum aspeto que esteja em falta.

---

Terminada a intervenção da Conselheira Marília Henriques, o Senhor Presidente do Conselho Geral questionou os presentes se tinham alguma coisa a dizer, tendo-se registado a intervenção dos seguintes conselheiros:

- Miguel Castanho, que começou por agradecer o facto de se ter atendido ao seu pedido de se fazer o agendamento das reuniões com mais antecedência. Depois, relativamente à matéria em apreciação deu conta que precisava de um pouco mais de contextualização, nomeadamente, sobre o que é que marca a necessidade de haver uma revisão dos estatutos e qual é o objetivo da revisão dos estatutos. É que uma revisão faz-se com um determinado objetivo, com um propósito. O que se quer alcançar com a revisão dos estatutos(?).
- Presidente do Conselho Geral, agradecendo a intervenção do Conselheiro, referiu que há muito tempo que ouve falar na necessidade de se reverem os estatutos que datam de 2008 (nunca foram revistos). Todavia, e porque o Presidente do Politécnico conhece melhor a questão, passou-lhe a palavra para que possa dar resposta à questão colocada pelo Conselheiro Miguel Castanho.
- Presidente do IPSantarém, começou por cumprimentar e dar as boas vindas ao Conselheiro Miguel Castanho, para depois esclarecer que, a questão é pertinente, sobretudo para alguém que entra de novo no Conselho Geral, mas que internamente se reconduz a uma matéria relativamente à qual existe um grande consenso na Comunidade. Com efeito, há um grande consenso sobre a necessidade de a Instituição se atualizar, face às exigências que atualmente se impõem a uma instituição de ensino superior e os estatutos que temos são, ainda, a primeira versão, que remonta ao ano de 2008, um ano após a publicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Desde essa data que os estatutos não sofreram qualquer alteração, ao contrário de outras instituições. Referiu, ainda, que esta questão foi recorrente no próprio processo eleitoral, constando dos programas de ação dos dois candidatos.

Este foi o contexto em que a questão foi suscitada, acrescentando, ainda que, em sua opinião, a instituição deve repensar o seu *modus operandi*, o seu funcionamento, de

---

forma a fazer uma aproximação à realidade atual do ensino superior. Para além das questões de natureza legal que exigem a atualização dos Estatutos, dando como exemplo, a necessidade de prever o estatuto remuneratório do pessoal dirigente. Nunca foi feito, continuando o IPSantarém a reger-se por uma orientação da Tutela, já que a legislação aplicável já se encontra revogada. É uma tarefa normal de atualização, mais nada do que isso.

- Leonor Teixeira, que começou por parabenizar a Comissão pela proposta que apresentou, que considera bem esquematizada e que traduz a preocupação manifestada pelo Conselho Geral de, primeiro, fazer o diagnóstico do que não está bem e como pode ser mudado, depois integra uma visão “poderosa”, uma metodologia muito clara e, por último, envolve a consulta dos outros. Como sugestão só vê a forma como operacionalizar as várias etapas, que procedimentos se vão utilizar para o efeito, sem burocratizar o processo.
- Presidente do IPSantarém, entende que o essencial é aprovar o calendário, porque, depois, a operacionalização poderá ser ajustada consoante as necessidades que se venham a sentir.
- Pedro Sequeira, que começou por esclarecer os presentes que a Comissão ainda não se reuniu uma única vez. Desta forma agradece todos os *inputs* dados que certamente irão ajudar, mas a Comissão precisar de estudar. Deu, ainda, a ideia de, a partir de agora, todas as reuniões a realizar tenham um ponto na sua OT relativo ao andamento dos trabalhos da Comissão.

Outro aspeto, é que é muito difícil coordenar agendas quando os professores dão aulas, os estudantes têm de ir às aulas e estudar e os não docentes têm que trabalhar.

- Presidente do Conselho Geral, que, relativamente à intervenção anterior, considera que faz todo o sentido a inclusão de um ponto na OT das reuniões a realizar.
- António Vicente, que considera importante para o trabalho a realizar a audição de Diretores atuais e anteriores, Presidentes dos Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico atuais e anteriores, de forma a garantir uns Estatutos mais funcionais,

---

atenta contribuição que podem dar para a identificação dos problemas existentes e o que deve mudar e a forma como devem ser abordados. Nada melhor do que perceber os erros do passado.

- Nuno Jorge, que começou por manifestar a sua concordância com a intervenção do Conselheiro António Vicente de ouvir pessoas que tenham passado por cargos dirigentes do Instituto e ouvi-los sobre o que tenha bloqueado a revisão de estatutos.

Concorda com a metodologia e a proposta de calendário definido, chamando a atenção para o facto de, eventualmente, se ter de reunir mais vezes do que o previsto, desde logo por se tratar de um processo que obriga a uma maior discussão interna e externa.

Refere, ainda, que prefere um calendário como o que foi apresentado e adaptá-lo às contingências que o próprio desenrolar do processo vier a determinar e/ou a aconselhar.

Termina dando os parabéns à Comissão pela proposta que apresenta.

- Presidente do Conselho Geral, que fez menção de que já tinham ouvido da parte da Conselheira Marília Henriques a intenção de ouvir determinadas pessoas e que a opção é a de que não se pretende excluir ninguém. Agradece as sugestões que são bem-vindas. Quanto ao calendário havia sido consensualizado que talvez fosse possível até ao final do ano letivo, junho/julho, que poderíamos concluir o processo, e agora, como o trabalho está a ser feito mais profundamente, com toda a seriedade e querendo que o trabalho seja o mais positivo e com um maior número de contributos possível, porque sem isso não será tão positivo quanto é desejável, chegou-se a outubro de 2021, porque, todos nós temos interesse que saia daqui um trabalho que seja uma grande mais valia para o Instituto Politécnico.
- Marília Henrique, que realçou que o documento apresentado resultou da comparação com as metodologias seguidas por outras instituições de ensino superior que procederam recentemente a alterações estatutárias. Reforçou a ideia de tratar-se este documento apenas de um documento de trabalho, que poderá e deverá ser ajustado consoante as circunstâncias assim o determinem.

- 
- Ana Isabel Costa, que começou por agradecer o convite para estar presente nesta reunião. Depois refere que a Comissão ainda não teve tempo para se reunir, chamando a atenção para o facto de haver questões que dizem respeito aos estatutos das escolas. Com efeito, o falar-se com os Diretores tem a ver mais com os constrangimentos dos estatutos das próprias escolas, cujos estatutos terão, eventualmente, de ser alterados em decorrência da revisão dos Estatutos do Instituto. Entende que estes apports são importantes para a reflexão a fazer no seio da própria Comissão, designadamente para a definição da própria metodologia a seguir neste processo.

Realçou, ainda, a afirmação do Conselheiro Miguel Castanho, no sentido de ter de ficar bem claro o propósito que conduziu à necessidade da presente revisão estatutária. Considera muito importante estabelecer balizas e não querer resolver problemas ou questões das Unidades Orgânicas através desta revisão de estatutos.

- Presidente do Conselho Geral, que, relativamente às intervenções, referiu que é muito importante ouvir as pessoas das Unidades Orgânicas, depois, cabe à Comissão o tratamento dos contributos dados pelos diversos intervenientes, fazendo a devida triagem.
- Maria do Céu Martins, que deu conta, relativamente a esta questão, tal como em muitas outras, que a Comunidade Académica, staff (Pessoal não Docente), está muito pouco envolvida e isto é uma responsabilidade de parte a parte.

É uma responsabilidade da parte da organização em si, porque se sente que a importância que se dá ao Pessoal não Docente é muito pouca, quando comparada à que se dá ao Pessoal Docente. É responsabilidade do Pessoal não Docente, porque intervimos muito pouco, apesar de se falar muito no café quando se criticam os procedimentos. Temos muita coisa para dizer, mas, depois, somos muito pouco proativos noutro tipo de intervenções e continuo a achar que podemos ter um tipo de intervenção diferente.

Desse ponto de vista o compromisso que assumiu quando se candidatou foi fazer um bocadinho mais para além da ponte entre o que se passa neste Conselho e a Comunidade, foi criar espaços para as pessoas discutirem saudavelmente a instituição

de que fazem parte e o que querem dessa instituição. Mas para que possam fazer isso têm que estar informadas e têm que ser esclarecidas. Pensa que, desse ponto de vista, a organização tem responsabilidade de passar a todos não só a informação, bem como, de propiciar momentos de esclarecimento e discussão saudável sobre aquilo que se passa.

Assim, quanto à metodologia a seguir para a revisão dos Estatutos, lembra que na última revisão dos Estatutos do IPSantarém em 2007/2008 foi consultada toda a gente, sem que tenha havido qualquer resposta ou envolvimento das pessoas. Nesta revisão que se pretende fazer temos de fomentar essa resposta e não pode ser só numa consulta online, através do preenchimento de formulários online, mas tem de ser noutro tipo de eventos e de situações. Pensa que, para uma instituição ser forte tem de valorizar todos os pontos de vista e as pessoas têm que estar cientes e convencidas de que o seu contributo é válido e não é menosprezado, independentemente da posição que ocupam na instituição. É esta a sua postura e o que procura desenvolver, mas a própria instituição tem de a fazer sentir. Não podem ser só palavras de circunstância, mas tem de se fazer sentir naquilo que é o dia a dia das pessoas. Uma das situações que é importante e que não estará diretamente relacionada com os estatutos mas poderá vir a estar é a situação da valorização das carreiras do pessoal não docente e os não docente não têm qualquer possibilidade de crescer no Instituto, já que as funções de coordenação de serviços, gabinetes muitas vezes são atribuídas a docentes, que, ainda por cima estão lá por períodos mais ou menos prolongados, muito longos, sem que muitas vezes o seu desempenho seja mais positivo do que o fosse por pessoal não docente. Não admira, pois, o sentimento de frustração de pessoas que se sentem com capacidades e competências para exercer cargos desta natureza e que, no entanto, não conseguem chegar aos mesmos. Trata-se de uma situação que tem de ser repensada, independentemente de achar que o pessoal não docente tem que ser mais ativo, mais envolvido com a instituição. Temos de deixar de olhar para o pessoal não docente como sendo funcionários de segunda. Em suma, temos que informar muito bem qual o propósito da revisão dos estatutos.

- Presidente do IPSantarém, que, relativamente à questão suscitada de se ouvirem outras pessoas/individualidades, refere que é comum instituições que estiveram envolvidas em

---

trabalhos de revisão de estatutos virem partilhar as boas práticas. Não há nenhuma atitude de esconder o que quer que seja entre instituições, pelo contrário, entende que há um sentimento de entre ajuda entre instituições, sobretudo politécnicas.

Reconheceu, ainda, haver um aspeto que a Conselheira Maria do Céu Martins referiu e que merece uma nota. Um dos problemas que reconhece existir prende-se com o facto de serem os técnicos que, muitas vezes, dão resposta em termos institucionais no que respeita à missão da organização, que inclui a área académica, internacionalização, empregabilidade e promoção do emprego.

Aproveitou a oportunidade para, a este respeito, reiterar a ideia de que se tem de deixar de pensar a uma escala de escola para passar para uma escola global, de Instituto.

Ao nível das remunerações relativas a cargos que as pessoas exercem dentro da instituição, é tudo matéria a tratar nos estatutos.

- Regina Ferreira, que, relativamente à metodologia, é de opinião que o proposto no documento faz todo o sentido. Uma primeira fase de diagnóstico, uma segunda fase de reforço da informação rececionada e depois planeamento e apresentação da proposta. a apresentação da proposta.

Relativamente ao referido hoje, entende que é positivo ouvir outras pessoas, como por exemplo os diretores, mas depois é preciso ter cuidado, porque não é possível ouvir toda a gente. Tem que se fazer uma seleção das pessoas a ouvir no processo que deverão ser aquelas que podem dar um contributo para a tarefa a realizar.

Depois, manifesta a sua concordância com o que a Professora Ana Costa disse quanto à necessidade de os trabalhos serem mais abrangentes e não serem tratados atendendo à realidade de cada escola, porque isso seria ir ao específico, o que não é, de todo o caminho que deve ser seguido.

- Teresa Coelho, que, na continuidade do que tem vindo a ser dito pelos Colegas, refere concorda com o plano apresentado, considerando-o adequado.

Relativamente à audição de pessoas queria continuar a ideia da Conselheira Regina Ferreira, quando refere que não se pode ouvir toda a gente, dando conta da necessidade de se conjugar a realização de ações presenciais com outros eventos ou momentos mais digitais. É que, em seu entender, pode até nem se ouvir toda a gente, mas o importante é que toda a gente se sinta envolvida no processo.

A questão que traz para esta reunião é, na esteira do referido pelo Conselheiro Miguel Castanho, uma definição clara do que é que se pretende. Pensa que o Professor João Moutão já referiu algumas razões, mas entende que aquela que deve estar presente é, precisamente, a dificuldade que ter uma visão institucional (IPSantarém) e não, como até agora, uma visão espartilhada por escola.

- Pedro Sequeira, que entende dever acrescentar mais uma variável. O processo de consulta não é só no início dos trabalhos. É no início e durante todo o processo, ou seja, atualmente, é normal que todas as pessoas do Instituto tenham uma opinião sobre os estatutos e vão transmiti-la, mas também é normal que com o decorrer do processo essa opinião venha a sofrer alterações. Tudo para dizer que este processo não é um processo estanque, estático, fechado. Há que ouvir as opiniões no decorrer de todo o processo. Reitera a ideia de que é importante ouvir as pessoas, pelos diversos meios/formátos disponíveis, porque só assim se consegue cativar as pessoas e envolvê-las no processo.
- Ana Isabel Costa, que, manifestou a sua concordância com o expresso pelo Conselheiro Pedro Sequeira, mas lembra que não podemos esquecer que os modelos das empresas podem não servir para nós, desde logo porque temos o travão da lei.
- Maria do Céu Roldão, que, relativamente à matéria em debate, começa por referir que, daquilo que entendeu das intervenções registadas, sublinha a primeira questão colocada pelo Colega Miguel Castanho, por lhe parecer pertinente, pois para quê, pois precisam de mudança, que concordamos que tem que ser para melhor, mas entende que há alguma vantagem em eleger pontos críticos ou pontos focais, identificar quais são as zonas, desde a versão que temos dos estatutos e até agora, que se assumem como zonas críticas do politécnico, do subsistema do ensino superior, a relação com os

---

outros subsistemas, nomeadamente, com o Secundário devida às questões do acesso..  
Quais são os pontos críticos, aos quais, os estatutos têm de responder.

Não nos podemos restringir a assinalar o que está mal, mas temos de ter um foco. A outra questão, é que ainda não percebeu muito bem a vantagem de audição de outras pessoas, uma vez que entende que devem ser definidos interlocutores privilegiados, incluindo nestes alguns interlocutores internos. Realça a ideia de que os estatutos só ganham se forem mais integradores, mais facilitadores entre as várias instituições.

Entende que deve apostar-se em entrevistas mais focadas, definindo os interlocutores que deverão ser ouvidos de forma mais detalhada.

Quanto ao desafio lançado aos membros externos, entende que o mesmo decorre da necessidade de o Instituto se posicionar em relação às políticas seguidas noutras áreas e é aí que os membros externos podem representar uma mais valia para todo este processo, desde logo ao nível dos contactos e às vivências que têm e que podem ser de uma enorme utilidade.

Quanto ao mais, regista uma certa tensão entre tornar este processo mais extensivo às escolas, aos órgãos, aos seus responsáveis e recorrer mais ao exterior, mas em seu entender tem que haver uma conjugação destas duas componentes em prol de um resultado mais integrado.

- Marília Henriques, que relembra mais uma vez que a Comissão ainda não reuniu. Referiu ainda que as escolas têm de ser ouvidas, desde logo é nelas que se encontra o foco para o qual todos trabalhamos, o Estudantes. Em seu entender a revisão dos estatutos tem de servir as escolas e os seus estudantes.

Referiu, ainda, que, quando pediu a palavra foi para propor que, numa comissão com seis pessoas, é importante haver alguém que assuma a coordenação e para essa função propõe a Professora Ana Costa.

- Presidente do Conselho Geral, que, relativamente à proposta apresentada pela Conselheira Marília Henriques, entende que a Comissão está constituída, com o apoio de todos, a sua organização é matéria da competência da própria Comissão. Continuou

referindo que, se a Professora Ana Costa aceita a coordenação da Comissão e se os restantes membros concordam com a proposta então o assunto está resolvido.

- Nuno Jorge, que informou os presentes que está numa sala de aula e que lhe foi comunicado que precisavam da mesma, pelo que tem de abandonar a reunião. Em todo o caso, manifesta a sua concordância com a proposta apresentada. Se puderem aceitar o seu voto tudo bem, senão puderem tudo bem à mesma.
- Vânia Neto, que, relativamente à proposta apresentada, referiu estar, grosso modo, de acordo com o proposto e que gostaria de dar apenas duas notas: a primeira, que tem algum receio que o calendário, por ser demasiadamente estendido no tempo, se possa correr o risco de ele derrapar e estarmos mais um próximo ano sem termos a revisão dos estatutos. Quer apenas alertar a própria Comissão que tem a responsabilidade acrescida de fazer cumprir este Calendário que, já por si, lhe parece demasiado estendido, e não podemos correr o risco de ele se estender para além do próximo ano. Parece-lhe que doze meses em si já são suficientes para a revisão de uns estatutos. Se o são para uma Constituição também o são para uns estatutos.

Percebe que há sensibilidades que é preciso garantir que sejam atendidas. Temos que garantir que fazemos a coisa certa e que, quando o Conselho Geral for votar, vai votar com todas as informações e as consultas públicas feitas de forma transparente, mas parece-lhe que há aqui este desafio acrescido.

Em segundo lugar dizer também que seria importante assegurar uma análise comparada. Ver o que é que outros politécnicos, que já tenham passado pelo mesmo processo, fizeram, eventualmente ouvir pessoas de instituições que tenham estado envolvidas em processos semelhantes.

Aproveitou, ainda a oportunidade, para se disponibilizar, enquanto jurista para se disponibilizar, enquanto jurista, a ajudar neste processo de revisão dos Estatutos.

- Presidente do Conselho Geral, que, relativamente à intervenção da Dr.<sup>a</sup> Vânia Neto, começou por referir que os assuntos que aflorou já haviam sido tratados na reunião, registando, no entanto, que não se perdeu nada e ainda veio juntar, ao abrigo do

envolvimento dos membros externos, a sua disponibilidade para, na qualidade de Jurista, ajudar no que se afigurar necessário.

Não havendo mais nenhuma intervenção, e porque o que motivou a realização da presente reunião foi a "Aprovação da Proposta de Calendário para a Revisão dos Estatutos e Plano Estratégico do IPSantarém" submeteu-a à votação dos presentes, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes.

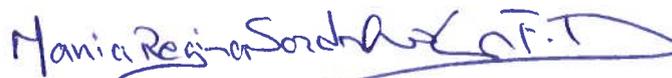
Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Geral, Hermínio Paiva Fernandes Martinho, deu por encerrada a reunião pelas 18:30h, da qual se lavrou a presente Ata, com tudo o que de relevante nela se passou.

O Presidente do Conselho Geral,



(Hermínio Martinho)

A Secretária,



(Professora Maria Regina Ferreira)